

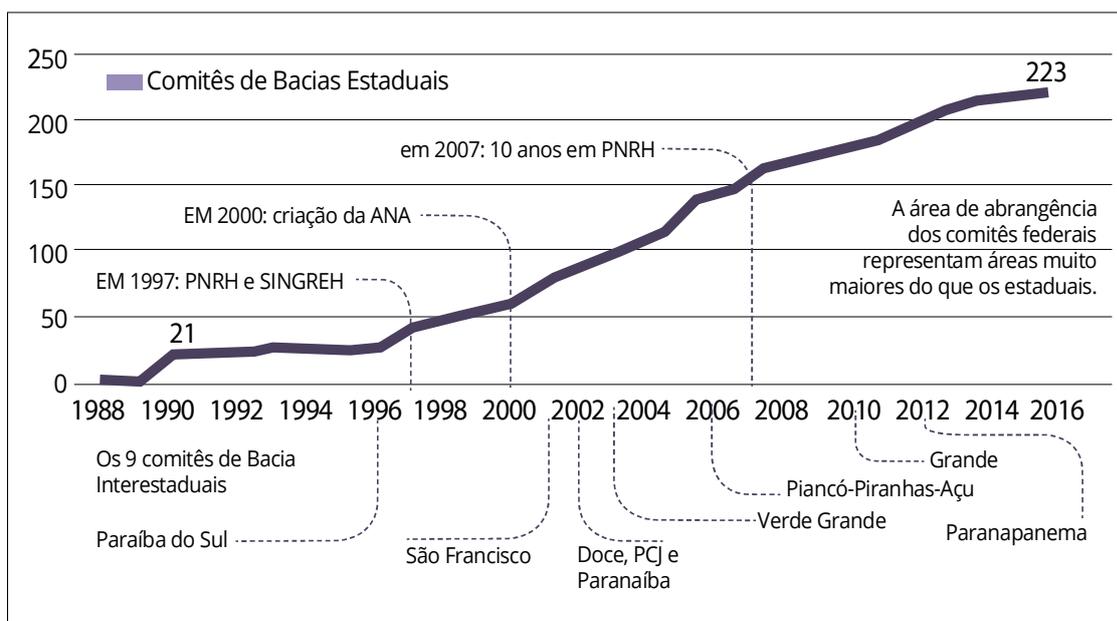
ÁGUA, RECURSOS HÍDRICOS E O GOLPE DE 2016: RETROCESSOS E RESISTÊNCIAS

O Brasil tem um robusto Sistema de Recursos Hídricos, resultado de uma construção histórica que remonta à Constituição Federal de 1988 que, ao ser regulamentada pela Lei 9.433/1997, garantiu que o país teria uma gestão descentralizada e participativa das águas e tornou o sistema brasileiro referencial em nível global. Os governos Lula e Dilma garantiram um ambiente propício à evolução do Sistema de Gestão Integrada de Recursos Hídricos, expresso na ampliação da quantidade de Comitês de Bacia Hidrográfica (estaduais e interestaduais) criados e na aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2006-2020, o que permitiu a implantação de vários instrumentos de gestão (gráfico 1).

Durante os governos Lula e Dilma, houve avanços institucionais e elevação dos investimentos e aprimoramento da alocação dos recursos disponíveis para garantir acesso à água para abastecimento das pessoas e para o desenvolvimento produtivo. Entre os avanços institucionais, cabe destacar o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a criação de uma carreira de analistas de infraestrutura para apoiar a sua gestão; a organização do Plano Plurianual; adoção de aprimoramentos na legislação de licitações (como o Regime Diferenciado

de Contratações – RDC) e o lançamento do Plano Nacional de Redução de Riscos de Desastres.

GRÁFICO 1: CRIAÇÃO DE COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA NO BRASIL



Fonte: Agência Nacional de Águas. Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017: relatório pleno.

A carteira de investimentos do PAC na área de recursos hídricos incluiu empreendimentos de grande porte, como canais, adutoras, barragens para usos múltiplos, empreendimentos de macrodrenagem, e investimentos para contenção de cheias, além da recuperação e aprimoramento de perímetros públicos de irrigação. Um destaque é Projeto de Integração da Bacia do São Francisco (PISF), cuja execução exigiu que o Estado brasileiro reaprendesse a construir infraestrutura. Em paralelo, para atender a população rural dispersa principalmente no Semiárido, os governos do PT apoiaram a implantação de soluções locais de abastecimento, em especial as cisternas, mas também os Sistema Simplificados de Abastecimento.

A preocupação com a gestão de riscos de desastres foi forte durante os governos do PT. Os municípios foram apoiados no mapeamento de áreas de risco urbanas e os estados, na aquisição de radares meteorológicos e na implantação de salas de situação. Houve também a efetiva

instalação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) e do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), que até então existiam apenas virtualmente. Ademais, para dar suporte às populações carentes durante a grande seca de 2010-2017, os governos do PT garantiram o abastecimento de água às populações dos Semiárido com a Operação Carro-Pipa e o Programa Água Para Todos.

RISCOS INSTITUCIONAIS

A reorganização ministerial promovida em 2019 pelo (des)governo Bolsonaro transferiu toda a pauta de água do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para o novo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Se, por um lado, é um alívio ao setor estar longe do ministro Ricardo Salles e sua sanha destruidora, por outro lado, significa afastar o olhar ambiental da pauta de Recursos Hídricos. Além disto, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) foi reconfigurado, após passar mais de um ano sem reunir-se, tendo havido redução das representações da sociedade, assim como o número de Câmaras Técnicas.

A avidez dos mercados, acoplada ao garrote da Emenda Constitucional 95, está fazendo prosperar propostas como a do Projeto de Lei do Senado 495 que, literalmente, pretende privatizar as águas e transformar os Comitês de Bacias em lojas para sua transação.

A LENTIDÃO DO PISF E DAS GRANDES INFRAESTRUTURAS HÍDRICAS

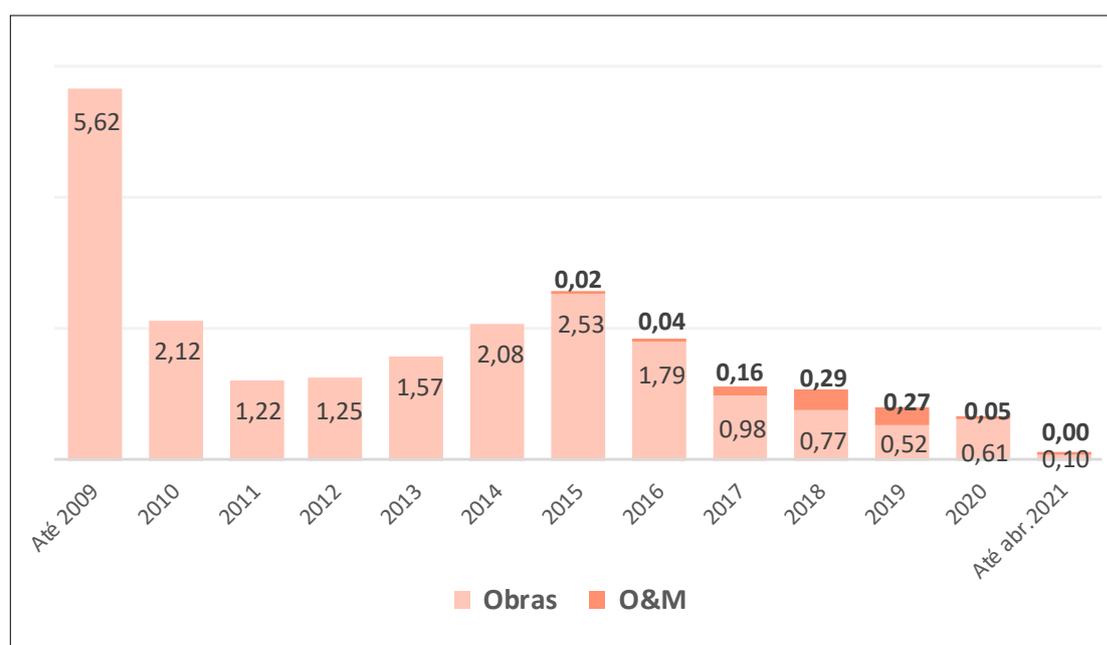
Todas as grandes obras de recursos hídricos entregues ou paralisadas pelos governos golpistas foram iniciadas durante os governos Lula e Dilma. No caso do PISF, do total investido até abril de 2021,

77% foram aplicados nos governos do PT. Nos 28 meses do governo Bolsonaro, foram investidos apenas 700 milhões de reais nesta obra, o que significa apenas 3,3% do total investido.

Embora quase a totalidade das obras físicas do PISF tenha sido realizada nos governos do PT, poucas foram as entregas no período, devido à necessidade de testar equipamentos e os reservatórios. A partir do golpe, os governos Temer e Bolsonaro, ávidos por fazer entregas de obras, relativizaram as boas práticas de enchimento de reservatórios e de testes de equipamentos. São várias as notícias dos acidentes e vazamentos de barragens do projeto que circularam nos jornais após entregas apressadas de obras.

A incapacidade dos governos pós-golpe para construir um acordo com os governos dos estados para a Operação e Manutenção do PISF tem gerado despesas acumuladas elevadas, que já superam os 840 milhões de reais em valores atualizados.

GRÁFICO 2: INVESTIMENTOS NO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO SÃO FRANCISCO – PISF*

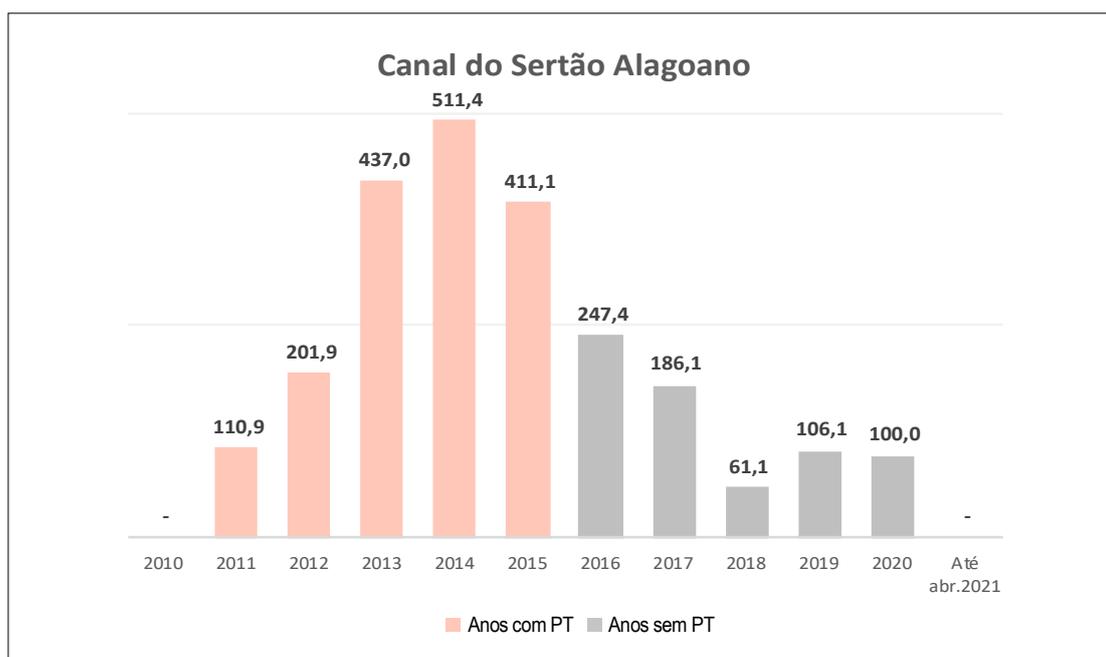


Fonte: Até 2010, 6º Balanço do PAC. 2011 – 2021 - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SioP
* Em bilhões de reais. Atualizados para abril de 2021, pelo INCC.

Além do PISF, os governos do PT realizaram um amplo conjunto de investimentos em obras estruturantes para assegurar segurança hídrica ao Nordeste. Como parte expressiva dos investimentos havia sido feita até 2015 – exceto a obra do Cinturão das Águas do Ceará, cujo início foi em 2013 –, os governos pós-golpe apenas deram sequência, nem sempre em ritmo adequado. No caso de obras que demandavam novas etapas, como é o caso do Canal do Sertão Alagoano, elas não foram asseguradas (gráficos 3, 4 5 e 6).

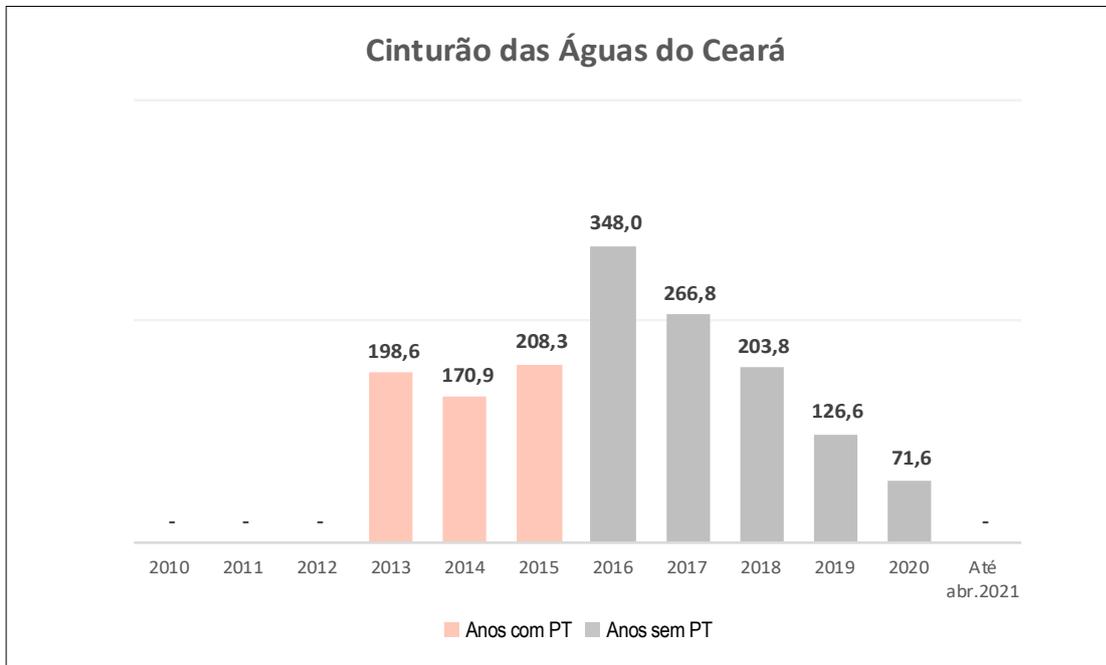
Ao contrário da consistente carteira de investimentos hídricos estruturada durante o período do PT, os governos pós-golpe acenam com a construção da bilionária e altamente impactante transposição do rio Tocantins para as bacias do São Francisco e Parnaíba, no esforço de atender à expansão da soja na região do Matopiba. Provavelmente, mais um factóide de governos que não conseguem planejar e executar investimentos de longo prazo.

GRÁFICO 3: INVESTIMENTOS NOS EMPREENDIMENTOS ESTRUTURANTES DO NORDESTE*



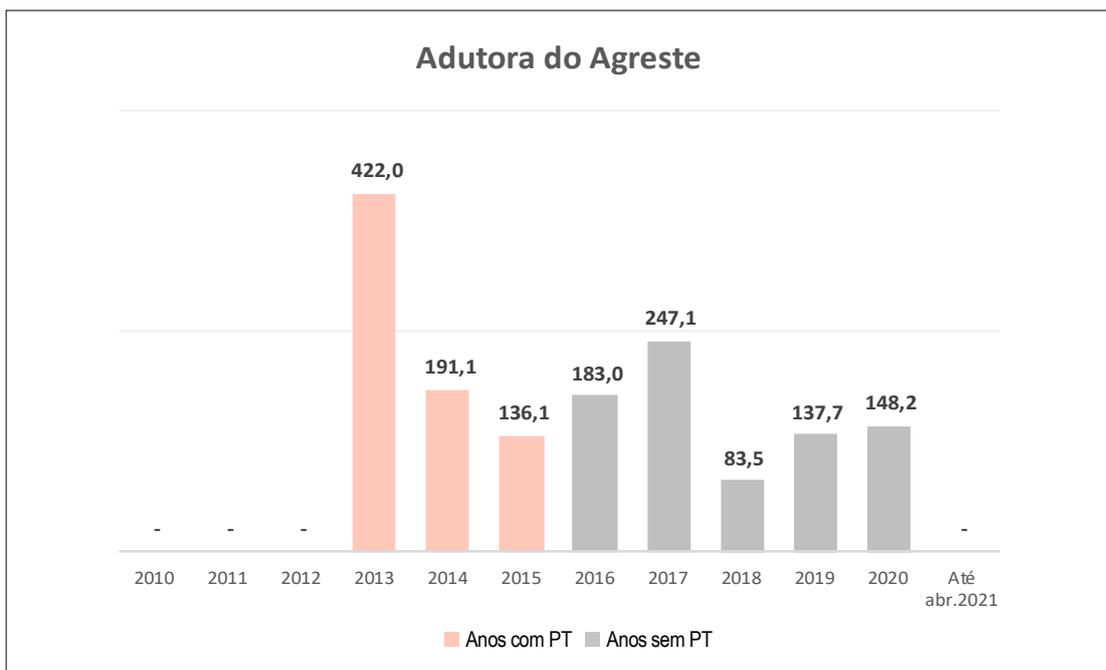
Fonte: Até 2010, 6º Balanço do PAC. 2011 – 2021 - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SioP
* Em milhões de reais. Atualizados para abril de 2021, pelo INCC.

GRÁFICO 4: INVESTIMENTOS NOS EMPREENDIMENTOS ESTRUTURANTES DO NORDESTE*



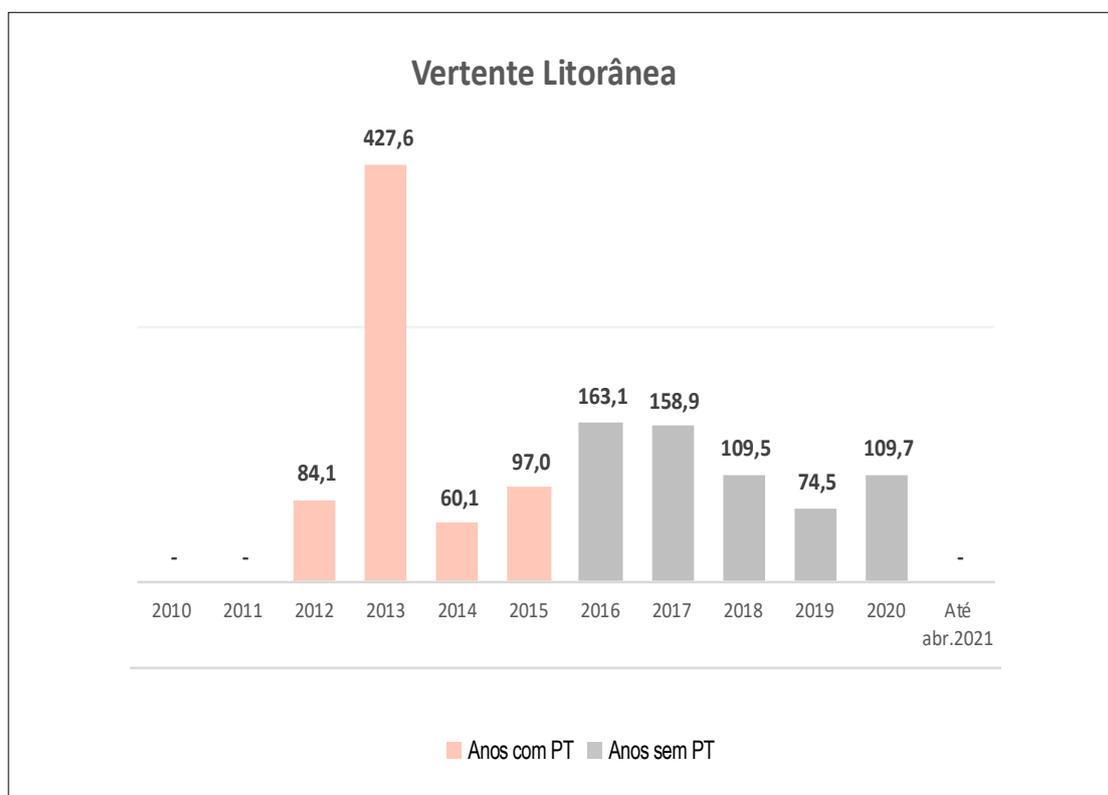
Fonte: Até 2010, 6º Balanço do PAC. 2011 – 2021 - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SioP
 * Em milhões de reais. Atualizados para abril de 2021, pelo INCC.

GRÁFICO 5: INVESTIMENTOS NOS EMPREENDIMENTOS ESTRUTURANTES DO NORDESTE*



Fonte: Até 2010, 6º Balanço do PAC. 2011 – 2021 - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SioP
 * Em milhões de reais. Atualizados para abril de 2021, pelo INCC.

GRÁFICO 6: INVESTIMENTOS NOS EMPREENDIMENTOS ESTRUTURANTES DO NORDESTE*



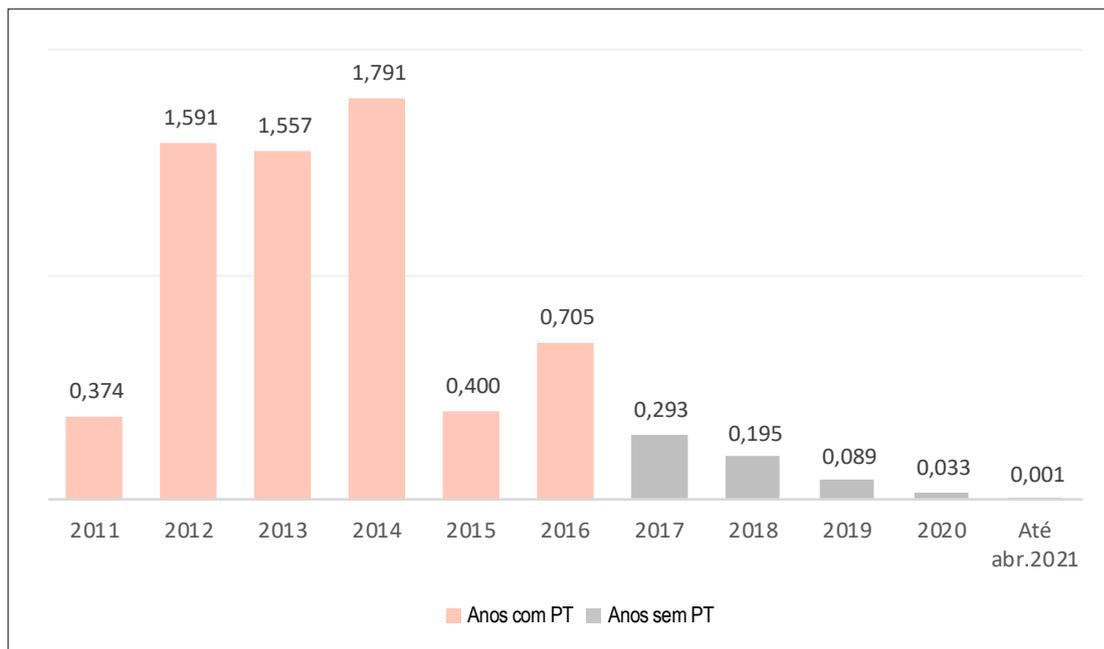
Fonte: Até 2010, 6º Balanço do PAC. 2011 – 2021 - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop
 * Em milhões de reais. Atualizados para abril de 2021, pelo INCC.

O GOLPE SOBRE O DIREITO À ÁGUA

Com o golpe, o Semiárido perdeu o apoio para superar a insegurança hídrica, com o fim do Programa Água Para Todos, o que restringiu a execução de sistemas simplificados de abastecimento de água. O Programa só manteve execuções pós-golpe porque os repasses aos governos estaduais feitos antes de 2015 permitiram a estes manter a sua implantação. No entanto, o nível de investimento atual é praticamente zero.

Vale lembrar que, até maio de 2016, foram entregues 1.257.670 cisternas para consumo e 169.537 para produção, o que foi vital para superar a grande seca que se iniciou em 2010 e se estendeu até 2017.

GRÁFICO 7: INVESTIMENTOS NO ÁGUA PARA TODOS*



Fonte: Até 2010, 6º Balanço do PAC. 2011 – 2021 - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop.
*Em bilhões de reais. Atualizados para abril de 2021, pelo INCC.

INVESTIMENTO ZERO PARA A REVITALIZAÇÃO DE BACIAS

Os governos Lula e Dilma assumiram o compromisso de investimentos em revitalização de bacias hidrográficas, em especial da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A referência para este processo era o Programa Cultivando Água Boa, implantado por Itaipu e que se tornou exemplo global, premiado e reproduzido por outros países.

Na Bacia do São Francisco houve maciços investimentos em revitalização, que resultaram em melhoria nos indicadores de qualidade das águas dos rios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Vários desses investimentos vieram da carteira de Saneamento do extinto Ministério das Cidades. Com o golpe, mesmo os investimentos em ações ambientais para revitalização de bacias foram virtualmente reduzidos a zero.

Hoje, o Brasil caminha para uma situação de apagão da infraestrutura hídrica. A falta de investimentos e de custeio das infraestruturas hídricas, as mudanças climáticas e a ocupação desordenada do solo geram um quadro de alto risco. Em especial, uma nova grande seca, num ambiente em que o governo abre mão de seus instrumentos para proteger a população, poderá ser catastrófica para as pessoas e para a economia. Tudo resultado do golpe, que quebrou os compromissos do governo federal com a segurança hídrica da população.